

Relatório de Participação no Fórum Lusófono – Maputo, Moçambique

Rodolfo da Silva Avelino

Dias 23 e 24 de setembro de 2026

Minha participação no IGF Lusófono, realizado em Luanda, Angola, marcou minha terceira participação nesse fórum como conselheiro do CGI.br. Particularmente é muito importante para mim por acontecer no continente africano, proporcionando uma oportunidade de aproximação com as experiências e perspectivas da comunidade local sobre a governança da Internet. O encontro deixou marcado a participação dos jovens e aos desafios de soberania, infraestrutura digital e governança de dados.

Encontro com jovens do Programa Youth do CGI.br e de Luanda

No dia 22 de setembro, antes do início do IGF Lusófono, participei de uma atividade na Faculdade Óscar Ribas com jovens do Programa Youth do CGI.br e jovens de Luanda.

Durante o encontro, foi realizada uma dinâmica em grupos sobre desafios e oportunidades da governança multissetorial. Fiz uma fala a partir das reflexões produzidas nessa atividade e compartilhei um pouco da minha trajetória até chegar ao CGI.br. Foi uma oportunidade de aproximar minha experiência das questões levantadas pelos participantes e de conversar sobre caminhos de envolvimento na governança da Internet.

Considereei o encontro muito produtivo, sobretudo por seus desdobramentos. Os jovens elaboraram uma carta solicitando que as próximas edições do fórum reservem um dia para um encontro dedicado à juventude. Essa proposta expressa o interesse em dispor de tempo e espaço próprios para trocar experiências, preparar contribuições e fortalecer a articulação entre participantes de diferentes países.

A atividade também foi um momento importante para que os jovens de Angola pudessem articular projetos voltados à criação de uma iniciativa Youth no país.

Soberania, Infraestrutura Digital e Governança de Dados: desenvolvimento e cooperação nos países de língua portuguesa

Atuei como moderador do painel “Soberania, Infraestrutura Digital e Governança de Dados: desenvolvimento e cooperação nos países de língua portuguesa”, representando o CGI.br.

O painel contou com os seguintes oradores:

- Cipriano Sikito, OMNIdata;
- José Pedro Antunes, Wise2Cert;
- Lourino Chemane, INTIC;
- Sandra Ávila, Universidade Estadual de Campinas, com participação online.

Na preparação e condução da moderação, organizei quatro questões complementares, buscando estimular respostas concretas sobre os desafios enfrentados pelos países lusófonos. O ponto de partida foi considerar que a soberania digital depende da capacidade de decidir sobre a infraestrutura, os dados e os sistemas utilizados, incluindo as condições de contratação, operação, fiscalização e substituição dessas tecnologias.

A questão dirigida a José Pedro Antunes tratou da construção de uma estratégia comum entre os países lusófonos. Para o Dr. Lourino Chemane, o foco foi na relação de cooperação que sua gestão vem buscando nos espaços multilaterais e sobre a recente publicação da estratégia de cibersegurança de Moçambique. Na questão dirigida a Cipriano Sikito, procurei tornar mais preciso o significado de controle efetivo sobre a infraestrutura. A pergunta explorou quais componentes precisam permanecer sob controle nacional quando há participação de fornecedores multinacionais: dados, chaves de criptografia, operação, software, resposta a incidentes e capacidade de migração. Por fim, para a professora e doutora Sandra Ávila, a pergunta ampliou a discussão da soberania para os efeitos sociais dos sistemas de inteligência artificial. Parti da consideração de que os dados não são neutros e de que sua localização física, por si só, não garante uma utilização justa.

Considerações finais

A participação no IGF Lusófono reforçou minha percepção sobre a importância de manter espaços de diálogo e cooperação entre os países de língua portuguesa. O encontro em Luanda permitiu aproximar questões de infraestrutura e governança de dados dos desafios de formação, participação e proteção de direitos.

A moderação do painel foi uma oportunidade de organizar o debate em torno de decisões concretas. As questões propostas buscaram relacionar soberania digital à capacidade de formular estratégias, fiscalizar o uso de dados, manter controle sobre funções críticas e avaliar os efeitos dos sistemas de inteligência artificial. Considero que essa abordagem contribui para tornar o debate mais próximo das necessidades das instituições e das pessoas afetadas por suas decisões.

Destaco também o encontro com os jovens como um dos momentos mais relevantes da minha participação. A carta solicitando um dia dedicado à juventude nas próximas edições e a articulação de propostas para uma iniciativa Youth em Angola são desdobramentos que merecem acompanhamento. Eles demonstram o interesse dos próprios jovens em construir uma participação continuada nesses espaços.

Ao final do evento, Carlos Cecconi, gerente do CEREGI, anunciou a **Carta de Luanda**. O documento reconhece a necessidade de instâncias de governança da Internet fundamentadas no diálogo multissetorial e reafirma o compromisso com uma Internet aberta, inclusiva, segura e promotora do desenvolvimento, valorizando a diversidade e a defesa de direitos.